

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: SIGNIFICAÇÕES DA AUTONOMIA DOCENTE NA CONJUNTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

Geam Felipe Lima Santos¹; Ângela Cristina Alves Albino²; Sheila Costa de Farias³

Universidade Federal da Paraíba/CCA
geam_felipe@outlook.com¹

Universidade Federal da Paraíba/CCA/DCFS
angela.educ@gmail.com²

Universidade Federal da Paraíba/CCA/DCFS
sheilaufpb1@gmail.com³

Resumo: As discussões vivenciadas no processo de produção/construção curricular, qual seja, Base Nacional Comum Curricular - BNCC vêm ocorrendo com maior intensificação desde 2015. Nesse sentido, buscamos, no presente artigo, analisar as vozes docentes e suas significações em torno da autonomia na atual conjuntura de implementação. Traçamos um percurso histórico, apontando os principais documentos que referendam a construção de uma base nacional comum, assim como os entraves políticos — movimentos favoráveis e contra. Tendo em vista a homologação, analisamos o documento oficial, articulando-o com as análises críticas dos discursos dos professores participantes da pesquisa, ou seja, como se constitui a autonomia docente no documento oficial e como os professores expressam a autonomia em seu cotidiano. Participaram da pesquisa dez professores, sete da escola EA e três da escola EB. Os resultados revelam resistências, anseios e desencontros. Alguns professores parecem ainda não estarem situados no processo de implementação, outros, parecem rejeitar o que foi estabelecido pelo documento oficial, o que acaba por denunciar a própria vertente (anti)democrática da BNCC, sobretudo, o respeito à autonomia docente, sua participação. No que se refere à compreensão de autonomia docente, a maioria associa à tríade liberdade-independência-flexibilidade nas práticas pedagógicas. Com menor expressividade, a liberdade foi apresentada como algo isolado e sem interferências de outrem. Em outros sentidos, ficou marcado, em alguns discursos, a liberdade sob a ótica das necessidades educacionais da turma, bem como daquelas da comunidade na qual a escola está inserida. Continuaremos nossas análises para compreendermos melhor esse movimento de resistência à BNCC. Embora homologada, defendemos aqui uma base nacional comum que não desvalorize a autonomia docente — Centralizadora e autoritária.

Palavras-chave: autonomia docente, currículo, Base Nacional Comum Curricular.

INTRODUÇÃO

A proposta de uma Base Nacional Comum Curricular vem historicamente posta, do ponto de vista legal, nos documentos como a Constituição Federativa do Brasil (CFB\1988), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997 a 2000), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB\1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (CNE\CEB\2010), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN\2013), sobretudo, com maior ênfase, no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014 a 2024), que reafirma em sua meta 7.1

[...] estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e da base nacional comum dos currículos, com

direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (das) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (BRASIL, 2014, p. 09).

É possível perceber que a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular não é uma proposta nova, ela vem sendo discutida e referendada pela promulgação de cada documento acima mencionado, sobretudo, com o objetivo principal de legitimar a construção de uma Base Nacional Comum no nosso país.

Em 2015, de forma sistematizada, deu-se início ao processo construtivo da Base Nacional Comum Curricular. Nesse processo, fica explícito o objetivo de construir um documento com caráter democrático, uma vez que no *site* criado, no espaço de apresentação dos *protagonistas*, é mencionado que a BNCC seria “resultado do trabalho coletivo de diferentes atores do contexto educacional: especialistas das áreas de conhecimento, gestores, professores da educação básica, estudantes e público em geral” (BRASIL, 2015). Desta forma, inicia-se positivamente o processo de construção, estabelecendo a participação de todos aqueles que estão envolvidos nessa temática, na qual uma Base Nacional Comum incide diretamente.

Importa ressaltar que o governo que deu início ao processo de produção da BNCC foi o da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Em 2016, o Brasil passava por uma fragilidade na esfera política e econômica sendo alvo de um golpe (*impeachment* da presidenta), que veio a resultar em seu afastamento, ocasionando em um cenário político bastante instável na formulação do currículo nacional. Como consequente, houve mudanças no quadro de especialistas, no Conselho Nacional de Educação, bem como mudança do ministro da educação.

Os debates foram se intensificando em torno do processo construtivo, envolvendo as disputas políticas; por um lado, movimentos favoráveis, por outro, os movimentos contra. Foi criado um *site*, desenvolvido com a finalidade de colher as contribuições durante o processo construtivo. Para Ball et al (1992), em uma análise de seu contexto, esse caráter participativo representa “uma espécie de compromissos em que as decisões são tomadas de modo formativo” e, por outro lado, “surge em termos de fazer as coisas” (BOWE, BALL & GOLD, 1992, p. 175).

Um dos movimentos que vem se manifestando contra a Base Nacional Comum Curricular, trazendo suas contribuições desde o processo construtivo, é a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Segundo uma nota publicada antes da homologação, pela diretoria, em 04 de outubro de 2017, a proposta da BNCC fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB\1996) quando denota os seguintes aspectos:

- a) Não respeita o princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- b) fere o princípio da valorização da experiência extraescolar e a formação para o exercício da cidadania;
- c) Afronta o princípio da gestão democrática, a formulação participativa do Projeto Pedagógico e o princípio da valorização docente ao investir no controle externo da gestão e do fazer docente (ANPEd, 2017).

Ademais, outro movimento vem se manifestando, sendo este favorável à BNCC: é o Movimento pela Base Nacional Comum. Este movimento surge em 2013 e tem a parceria de inúmeras instituições financeiras e empresas — *Instituto Unibanco, Instituto natura, Itaú BBA*, entre outras, além das fundações e associações— *Lemann, Roberto Marinho, todos pela Educação, Abrelivros* (Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares), entre outras, que estão listadas no *site*, no espaço “quem somos”. Os números de parceiros que apoiam o Movimento pela Base Nacional Comum são muitos, e não cabe aqui listá-los.

O que nos chama atenção no *site* criado por este movimento é que no espaço formulado para as “dúvidas frequentes”, eles anunciam que a BNCC não é currículo, denotando uma visão numa perspectiva tradicional. É importante compreender, portanto, que o currículo é fluido e é construído socialmente (SILVA, 2011). Por este motivo, não se pode limitar seus significados. Na concepção de Silva (2011), “o currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram” (p. 150), ainda para ele “O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade” (p. 150).

Partindo da perspectiva de Silva (2011), que afirma o currículo também como texto-discurso-documento, cabe refletirmos: como não definir como currículo um documento que traz os direitos às aprendizagens a serem desenvolvidas pelo educando ao longo da educação básica nacional? Um documento que traz competências, habilidades e, de certo modo, molda

o tipo de sujeito que se quer formar? Um documento que constrói identidades? Que, sobretudo, envolve relações de poder?

Cabe enfatizar, ainda, em relação ao Movimento pela Base Nacional Comum, sua celeridade ao criar um guia de implementação, que foi lançado ainda em 17 de agosto de 2017, isto é, três meses antes do parecer oficial do Conselho Nacional de Educação, confirmando a terceira versão como definitiva. Como elaborar um documento orientador sem ao menos o documento oficial estar homologado? Quais os interesses envolvidos?

Por fim, com a terceira versão analisada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), tem-se, em 20 de dezembro de 2017, a homologação da Base Nacional Comum Curricular. A partir de então, a BNCC já pode ser implantada nas escolas de todo Brasil, nas redes públicas e privadas.

Na Paraíba, alguns seminários foram realizados durante o processo construtivo da nova Base do Currículo, mas, diante desse contexto atual de implementação, nos preocupa o fato de ainda haver docentes que desconhecem e até mesmo rejeitam a BNCC. Tendo em vista que é uma política nacional que incide diretamente no currículo, em suas práticas educativas, na gestão escolar, na formação docente, na própria recepção discente, o professor tem de estar a par desse documento, sobretudo, ser ouvido.

É por essa razão que, através desse trabalho, desenvolvido pelo programa de licenciaturas – PROLICEN\UFPB\2018, intitulado BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: significações em torno da autonomia docente, buscaremos analisar as significações discursivas de autonomia na voz docente e no texto oficial que compõe a Base Nacional Comum Curricular.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas de educação básica, localizadas no município de Remígio, que fica a 158 km da capital João Pessoa. Os nomes das escolas, bem como dos professores não serão revelados por motivos éticos e de acordo com o sigilo da pesquisa, previsto no termo de adesão. Os professores envolvidos na pesquisa tiveram que assinar o termo de consentimento livre esclarecido, declarando aceitar a participação

voluntária, visando a assegurar o direito como participante, bem como a desistência em quaisquer etapas.

As escolas foram denominadas, quando necessário mencioná-las, como: primeira escola (EA) e a segunda (EB). A escola EA atende a alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e a escola EB atende a alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano). Quanto aos professores, serão enumerados de P1 a P10. Vale salientar que a pesquisa buscou entrevistar professores independentemente de sua formação, tendo em vista que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afeta a todos os docentes da educação básica.

Participaram da pesquisa dez professores, sendo sete da escola EA e três da escola EB, justifica-se o menor número na escola EB, pois durante a visita *in loco* alguns percalços foram vivenciados. Ao chegar à escola EB, explicando sobre a pesquisa, alguns professores se recuaram, aparentemente surpresos. Enquanto aguardava os questionários respondidos em uma outra sala da escola, percebi que houve uma breve discussão na sala dos professores em torno da BNCC e dos questionários que foram entregues. Alguns minutos depois, quatro professores retornam com os questionários em branco, informando que não iriam responder o instrumento de coleta de dados, alegando que as questões estavam muito difíceis e que a escola ainda não tinha estudado a BNCC, isso só ocorreria após o recesso junino, segundo eles; sendo assim, apenas três professores responderam ao questionário. Essas falas nos preocupam, uma vez que a base se encontra em fase de implementação e se percebe que muitos professores ainda se encontram alheios às discussões.

A pesquisa é de cunho qualitativo, pois busca compreender processos discursivos dos professores em torno da implementação da política curricular homologada em dezembro de 2017; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobretudo, suas significações no que tange à autonomia docente.

O levantamento de dados foi realizado por meio de um questionário com oito questões abertas e fechadas, das quais quatro serão analisadas nesse trabalho. Após as aplicações, realizamos as análises das respostas dos docentes na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir da análise da prática discursiva de Fairclough (2001, p.126) como um “modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes”. O autor define hegemonia como:

liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Neste sentido, a Análise Crítica do Discurso (ACD) pode ser entendida como uma teoria e um método de análise, pois em sua proposição, as questões sociais, bem como políticas têm um caráter parcialmente linguístico-discursivo. Percebemos, então, a teoria de Fairclough (2001) como dialética, uma vez que considera o discurso, por um lado, moldado pela estrutura social e, por outro, constitutivo da estrutura social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um aspecto importante que deve ser levantado nesse contexto de implementação de uma base nacional é a autonomia dos professores. Conforme Albino (2018, p. 234) “a autonomia pode ser enfraquecida cada vez mais se a política de formulação da Base Nacional Comum continuar representando um currículo de forma polarizada entre os professores que estão na base (chão da escola) e os especialistas que o elaboram”. Segundo os docentes, um currículo padrão pode atrapalhar em parte ou totalmente sua autonomia, mas o que os professores entendem por autonomia docente? O que o currículo nacional explicita sobre a autonomia docente? Quais os riscos à autonomia docente?

No percurso histórico, a terminologia da autonomia vem aparecendo constantemente. Na Constituição Federal (1988), documento considerado um marco importante para a política educacional brasileira, são instituídos em seu Art. 206, a liberdade, a igualdade, a gestão democrática e a valorização docente, considerando estes como princípios básicos para a prática do ensino, sobretudo, para uma escola democrática, para todos e de qualidade.

Semanticamente falando, autonomia vem do grego *autonomia*, palavra formada pelo adjetivo pronominal *autos* – que significa ao mesmo tempo “o mesmo”, “ele mesmo” e “por si mesmo” e *nomos*, que significa “compartilhamento”, “lei do compartilhar”, “instituição”, “uso”, “lei”, “convenção”. Assim, a palavra autonomia, significa propriamente a competência humana em “dar-se suas próprias leis”.

Buscando compreender como os docentes através da linguagem expressam o significado de autonomia docente, percebemos nas falas dos professores três polos distintos de concepções — independência, liberdade, flexibilidade.

Professor 9: ***Independência** do professor em suas aulas.* (grifos do pesquisador)

Professor 3: *Esse termo refere-se a **liberdade de escolha** de ordem, avaliação e metodologia de aplicação de conteúdo, estando **pertinente ao sistema educacional** e ao mesmo tempo, **atendendo as necessidades da comunidade** em que a instituição escolar está inserida.* (grifos do pesquisador)

Professor 10: *Ter **flexibilidade na atuação docente**, mudar a abordagem com base **principalmente nas necessidades educacionais da turma** e não na necessidade de atender um conjunto de competências pré-concebidas. Esta preocupação deve existir, mas deve ser secundária, dado o caráter longitudinal de execução.* (grifos do pesquisador)

Considerando as palavras citadas nos inícios de cada frase — independência, liberdade, flexibilidade —, ao tecer uma concepção de autonomia docente, observaremos de que forma esses termos se desdobram nos discursos dos docentes. O professor 9 remete à autonomia como independência em suas aulas, ou seja, ao sinônimo de liberdade, porém uma ideia de liberdade total, sem controle e sem interferências de outrem, corroborando com análises de Albino (2018), quando chama atenção em sua obra “Currículo e autonomia docente: enunciações políticas”, para as múltiplas compreensões da autonomia no discurso docente. Segundo a autora, “a autonomia é compreendida, muitas vezes, como liberdade total de fazer o que se quer, independente do outro (p. 59) e ainda esclarece nessa perspectiva que é compreendida como “um direito de escolha e liberdade que superpõe às dimensões éticas de convivência humana.” (p. 59)

Por outro lado, acrescidos de aspectos outros, o professor 3 cita a autonomia como ato de liberdade de escolha, no entanto, afirma que essa liberdade, essa escolha, tem de estar “pertinente ao sistema educacional” e “atender as necessidades da comunidade”. Por fim, o professor 10, que traz em seu discurso a frase “flexibilidade na atuação docente”, diferenciando-se dos professores 3 e 9, pois traz um enfoque nas necessidades da turma. Além disso, encerra sua fala fazendo uma crítica às competências estabelecidas na base nacional, o

que se configura, a meu ver, que o professor compreende as competências como sendo uma ameaça à sua autonomia.

Percebemos, portanto, levando em consideração o conceito amplo de currículo de Silva (2011) que currículo é um texto-discurso-documento-movimento e que, a autonomia no contexto de produção/construção da BNCC, não foi respeitada, ao contrário, sufoca o sentido de liberdade de escolha, de democracia, de coletividade dos docentes.

Capilarizadas por resistências e expectativas, a pesquisa revela nesse primeiro momento o anseio dos docentes em torno da implementação da BNCC. Ao perguntamos qual é a maior dificuldade no atual contexto implementativo, foram relatadas com maior expressão as diferentes realidades regionais, explicitando a preocupação dos professores no que se refere às diferentes realidades, sobretudo, aos saberes locais, regionais e culturais de cada canto do Brasil, fazendo-nos compreender a insatisfação ao que foi definido no documento, quando apontam em seus discursos a base como inflexível. Mais uma vez, temos enunciações que denunciam a imposição de uma base nacional e as vozes docentes parecem não ter sido escutadas, trazendo sinais de insatisfações. Nas falas abaixo, observaremos na íntegra como se posicionaram três docentes ao serem questionados sobre qual é a maior dificuldade na implementação.

Professor 1: *O caráter heterogêneo do alunado brasileiro. A contribuição de uma base inflexível, dado a multiplicidade dos regionalismos no país, inviabiliza a garantia de um atendimento pleno aos educandos.* (grifos do pesquisador)

Professor 9: *Achar que o Brasil é uniforme e não considerar a diversidade.* (grifos do pesquisador)

Professor 3: *As diferentes realidades de cada região* (grifos do pesquisador)

Em outros discursos, em menor expressividade, os docentes também afirmam a falta de formação e, ainda, a falta de conhecimento dos próprios docentes em torno da BNCC, corroborando a situação vivenciada no momento em que cheguei à escola EB para explicar sobre o projeto e aplicar os questionários, quando alguns docentes, surpresos, ao devolver o questionário em branco, justificaram ainda não terem discutido sobre a base na escola, ou

seja, nesse momento de implementação ainda temos docentes sem formação, o que, a meu ver, é um dado bastante preocupante, tendo em vista seu impacto direto nas práticas educativas.

Outro viés a ser questionando através dos discursos é a própria vertente democrática do processo construtivo. Para Freire, “Falar, por exemplo em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanização e negar os homens é uma mentira” (FREIRE, 1981, p. 96). É nesse sentido que refletimos: Quem foram os professores escutados? Como foram escutados? Por que as sugestões advindas daqueles que mais entendem da realidade escolar não foram contempladas? A democracia foi respeitada? Ou temos uma democracia falseada? Democracia ou imposição?

Dada a insatisfação referente às diferentes realidades de cada canto do Brasil, apontada pelos docentes como a maior dificuldade na implementação, é importante compreender como o documento estabelece, prioriza e garante esses saberes locais, regionais, culturais, que correm o risco de serem reprimidos frente a regulação pelo currículo nacional.

A base nacional define que 60% dos currículos devem se basear no currículo nacional, enquanto os outros 40% ficam à disposição das redes e escolas, isto é, para atender as demandas regionais de cada estado. Porém, é importante questionar: esses 40% são suficientes para atender as demandas locais, regionais e culturais? O currículo local não deveria ter parcela máxima?

A ideia ilusória da oportunidade de escolha nos inquieta, pois existe a possibilidade, a preocupação desses 60% se tornarem 100%. De que forma isso ocorreria na prática? Se considerarmos que as avaliações externas (ENEM, SAEB, PROVA BRASIL) podem priorizar os conhecimentos estabelecidos no currículo nacional, por ser o padrão, teremos a desvalorização dos saberes locais, regionais, culturais de cada estado, em busca de atender as demandas estabelecidas no currículo nacional, padrão, o que pode comprometer, fragmentando o conhecimento dos educandos, assim como afetando diretamente a autonomia dos professores, já que passarão a priorizar, em suas práticas educativas, os conhecimentos que são valorados nas avaliações externas, com a ideia de obter bons resultados nas avaliações e trazer bons índices às escolas. Quando os professores foram indagados sobre essa possibilidade, a maioria afirmou que a avaliação externa pode comprometer em parte, outros

afirmaram comprometer parcialmente, deixando explícito seu conhecimento em relação a essa problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, inferimos que no atual contexto de implementação da Base Nacional Comum Curricular, a ideia de uma base imposta e não democrática amadurece cada vez mais, quando, na análise cuidadosa dos discursos dessa pesquisa, revelam-se os frequentes desencontros no discurso docente e no documento oficial que anuncia a base, o que acaba por denunciar os silenciamentos no processo de produção/construção da BNCC, refletindo, dessa forma, no atual cenário de implementação.

Além disso, conseguimos enxergar que a maioria dos docentes não estão satisfeitos com o que a base propõe, tecendo críticas em torno das competências estabelecidas no documento, assim como apresentando como problemas de implementação as diferentes realidades. Outros, talvez por esse motivo, parecem ainda não estar situados no processo implementativo, isto é, há nesse cenário um movimento de resistência por parte da maioria da amostra analisada.

Reafirmamos que a BNCC é currículo! Vale salientar, portanto, que defendemos o trabalho a partir de parâmetros e diretrizes, em que, as diferenças locais, regionais e culturais sejam respeitadas a partir dos projetos escolares. É necessário, sobretudo, refletir sobre a autonomia dos docentes, que se configura em nossa pesquisa como enfraquecida, desvalorizada desde o processo construtivo até o atual contexto implementativo.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Ângela Cristina Alves. **Currículo e autonomia docente: enunciações políticas**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018.

ANPAE. **Manifesto contra A Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/manifesto2_contra_a_base_nacional_comum_curricular.pdf Acesso em: 01 de Agosto. 2018.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação 2014: documento referencial**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia.pdf. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Básica, Brasília – versão preliminar, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Básica, Brasília – 3ª versão, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1981.

Movimento pela Base Nacional Comum. **Perguntas gerais**. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/duvidas-frequentes/> Acesso em: 01 de Agosto. 2018.

_____. **Quem somos**. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/> . Acesso em: 01 de ago. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu Da. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.